REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

INTERSECCIONALIDADES NA EJA A DISTÂNCIA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM AMBIENTES VIRTUAIS

INTERSECTIONALITIES IN DISTANCE EDUCATION: GENDER, RACE AND CLASS IN VIRTUAL ENVIRONMENTS

INTERSECCIONALIDADES EN EL APRENDIZAJE A DISTANCIA: GÉNERO, RAZA Y CLASE EN ENTORNOS VIRTUALES

Alcimar José da Silva[1], Ozemar da Silva Araújo[2]

e676541
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6541

PUBLICADO: 7/2025

RESUMO

O presente artigo analisa as interseccionalidades de gênero, raça e classe na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a distância, com foco nos desafios e potencialidades dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). Por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada na categoria analítica da interseccionalidade, buscou-se compreender como essas dimensões se entrecruzam na trajetória de estudantes da EJA que acessam a modalidade a distância. Os dados analisados revelam que, embora a EAD possa ampliar o acesso à escolarização, ela também reproduz desigualdades históricas, especialmente quando os estudantes enfrentam múltiplas vulnerabilidades sociais e tecnológicas. Mulheres negras, pessoas de baixa renda e sujeitos de territórios periféricos são os mais afetados pelas lacunas no acesso digital e pelas ausências de políticas inclusivas e currículos que considerem suas vivências. Conclui-se que a construção de práticas pedagógicas interseccionais e inclusivas é urgente para garantir a permanência e a aprendizagem significativa desses sujeitos. A formação docente crítica e políticas públicas estruturantes são elementos indispensáveis para que a EJA a distância cumpra seu papel social emancipador.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Educação a Distância. Interseccionalidade. Ambientes Virtuais. Desigualdade social.

ABSTRACT

This article analyzes the intersections of gender, race, and class in Distance Education for Youth and Adults (EJA), focusing on the challenges and potential of Virtual Learning Environments (VLEs). Through a qualitative literature review based on the analytical category of intersectionality, the study aims to understand how these dimensions intersect in the educational paths of EJA students accessing the distance modality. The analyzed data reveal that, although distance education can expand access to schooling, it also reproduces historical inequalities, particularly when students face multiple social and technological vulnerabilities. Black women, low-income individuals, and people from peripheral territories are the most affected by digital divides and the absence of inclusive policies and curricula that consider their lived experiences. The study concludes that the development of inclusive and intersectional pedagogical practices is essential to ensure meaningful learning and student retention. Critical teacher training and structural public policies are indispensable elements for distance education in EJA to fulfill its emancipatory social role.

KEYWORDS: *Youth and Adult Education. Distance Education. Intersectionality. Virtual Environments. Social Inequality.*

[1] Ivy Enber Christian University.
[2] Bacharel em Ciências Contábeis. Ivy Enber Christian University.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

RESUMEN
Este artículo analiza las interseccionalidades de género, raza y clase en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) a distancia, con un enfoque en los desafíos y potencialidades de los Entornos Virtuales de Aprendizaje (EVA). A través de una revisión bibliográfica de carácter cualitativo, fundamentada en la categoría analítica de interseccionalidad, se buscó comprender cómo estas dimensiones se entrecruzan en la trayectoria de los estudiantes de la EJA que acceden a la modalidad a distancia. Los datos analizados revelan que, aunque la educación a distancia puede ampliar el acceso a la escolarización, también reproduce desigualdades históricas, especialmente cuando los estudiantes enfrentan múltiples vulnerabilidades sociales y tecnológicas. Las mujeres negras, las personas de bajos ingresos y los sujetos de territorios periféricos son los más afectados por las brechas digitales y la falta de políticas inclusivas y currículos que consideren sus vivencias. Se concluye que la construcción de prácticas pedagógicas interseccionales e inclusivas es urgente para garantizar la permanencia y el aprendizaje significativo de estos sujetos. La formación docente crítica y las políticas públicas estructurales son fundamentales para que la EJA a distancia cumpla su función social emancipadora.

PALABRAS CLAVE*: Educación de Jóvenes y Adultos. Educación a Distancia. Interseccionalidad. Entornos Virtuales. Desigualdad Social.*

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um campo essencial no contexto educacional brasileiro, com o objetivo de promover o direito à educação a pessoas que, por motivos diversos — econômicos, sociais ou culturais —, não tiveram acesso ou não concluíram os estudos na idade considerada regular. No entanto, apesar de suas intenções inclusivas, a EJA tem enfrentado inúmeros desafios ao longo do tempo, principalmente relacionados às desigualdades estruturais que afetam seus sujeitos, em especial quando esses se encontram em situação de vulnerabilidade agravada por marcadores sociais como gênero, raça e classe. Tais marcadores, frequentemente interseccionados, geram dinâmicas complexas de exclusão e invisibilidade no espaço escolar, que se tornam ainda mais evidentes quando a modalidade de ensino adotada é a Educação a Distância (EaD).

A EaD, por sua vez, surge como uma resposta contemporânea à necessidade de democratização do acesso à educação, oferecendo flexibilidade temporal e geográfica para o processo de aprendizagem. Essa modalidade tem se expandido significativamente nas últimas décadas, impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais e pela ampliação das políticas públicas voltadas à inclusão educacional. No entanto, apesar de seu potencial emancipador, a EaD também apresenta limitações importantes, especialmente no que diz respeito à sua implementação na EJA. Os sujeitos da EJA, em sua maioria trabalhadores adultos, mulheres negras, moradores de periferias urbanas ou de zonas rurais, enfrentam barreiras significativas no acesso à infraestrutura tecnológica, à conectividade e à apropriação dos dispositivos e das linguagens digitais, aspectos esses que influenciam diretamente na permanência e no êxito na educação a distância.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

É nesse cenário que a interseccionalidade se apresenta como uma categoria analítica fundamental para compreender as múltiplas opressões que se articulam no cotidiano desses sujeitos. O conceito, cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), permite analisar como diferentes marcadores sociais — como gênero, raça e classe — não atuam de forma isolada, mas se sobrepõem e se interrelacionam, criando experiências singulares de desigualdade. Aplicado ao campo da educação, esse referencial teórico contribui para desvendar como essas intersecções influenciam o acesso, o percurso e os resultados educacionais dos estudantes da EJA, especialmente quando a mediação ocorre em ambientes virtuais. Assim, refletir sobre a EJA a distância sem considerar as interseccionalidades implica ignorar parte substancial da realidade vivida por seu público-alvo.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), embora potencialmente democráticos, não são neutros. A lógica de design, a linguagem, a organização dos conteúdos e a interação com os docentes e com os colegas podem reproduzir desigualdades estruturais já existentes na sociedade. Mulheres negras, por exemplo, podem enfrentar uma dupla marginalização: tanto pela dificuldade de acesso ao meio digital quanto pela escassez de conteúdos e metodologias sensíveis às suas especificidades culturais e sociais. Os trabalhadores informais ou em regime de subemprego, com jornadas extenuantes, frequentemente enfrentam limitações de tempo e energia para dedicar-se ao estudo, agravadas pela ausência de apoio pedagógico personalizado nos cursos EaD. Nesse contexto, a classe social atua como marcador estruturante, produzindo condições desiguais de aprendizagem mesmo quando a modalidade é, em tese, acessível a todos.

Além disso, a invisibilidade dessas desigualdades nos planejamentos pedagógicos e nas políticas públicas voltadas à EJA a distância reforça o caráter excludente de muitas propostas educacionais. A ausência de formação docente voltada à diversidade interseccional, a padronização dos conteúdos e a superficialidade dos debates identitários nos materiais didáticos contribuem para a desumanização dos processos de ensino-aprendizagem na EaD. Portanto, reconhecer as interseccionalidades que permeiam a trajetória dos estudantes da EJA é condição *sine qua non* para a construção de uma prática educacional verdadeiramente inclusiva, emancipadora e transformadora.

Este artigo tem como objetivo geral analisar, à luz da categoria da interseccionalidade, como gênero, raça e classe influenciam a experiência dos sujeitos da EJA na modalidade a distância. Como objetivos específicos, busca-se: (i) discutir os impactos das desigualdades sociais na trajetória educacional dos estudantes da EJA na EaD; (ii) identificar práticas pedagógicas e tecnológicas que potencializam ou dificultam a inclusão desses sujeitos nos ambientes virtuais de aprendizagem; e (iii) propor reflexões para o aprimoramento das políticas públicas e das metodologias voltadas à formação crítica, equitativa e democrática na EJA a distância.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Para tanto, a investigação se estrutura a partir de uma revisão bibliográfica de caráter analítico-crítico, mobilizando autores e autoras da área da EJA, da EaD e dos estudos interseccionais. O intuito é lançar luz sobre as limitações e possibilidades pedagógicas que emergem desse campo, bem como contribuir para o fortalecimento de práticas educativas mais sensíveis às diversidades e comprometidas com a justiça social. Ao articular essas três dimensões — EJA, EaD e interseccionalidade —, este estudo pretende oferecer subsídios teóricos e práticos para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas que atuam no desafio contínuo de garantir o direito à educação para todos e todas, sem exceção.

1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: FUNDAMENTOS E DESAFIOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um campo específico do direito à educação que responde às demandas de sujeitos historicamente excluídos do sistema educacional, em razão de fatores estruturais como a pobreza, a marginalização e a desigualdade social. Seus fundamentos se sustentam em princípios da educação popular, nos marcos legais do direito à educação e nas diretrizes pedagógicas voltadas à valorização da experiência de vida e trabalho dos educandos. A EJA deve ser compreendida, portanto, como uma modalidade que transcende a mera reposição de conteúdos, voltando-se à formação integral dos sujeitos, a partir de suas vivências concretas e de uma pedagogia crítica, dialógica e emancipatória.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) assegura o direito à educação para todos em todas as etapas e modalidades, incluindo a EJA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, também define a EJA como modalidade destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, estabelecendo que sua organização deve considerar as características dos alunos, suas necessidades, interesses, condições de vida e de trabalho (Brasil, 1996). Essa previsão legal insere a EJA no conjunto das políticas públicas que visam combater as desigualdades educacionais e promover a equidade no acesso ao conhecimento.

Entre os fundamentos teóricos da EJA, destaca-se a pedagogia crítica de Paulo Freire, que propõe uma educação libertadora, pautada no diálogo e na problematização da realidade. Freire (1996) concebe o educando como sujeito do processo educativo, portador de saberes construídos na prática social. Em sua concepção, a alfabetização de adultos é um ato político que visa à conscientização e à transformação social, sendo incompatível com metodologias bancárias ou meramente transmissivas. Tal perspectiva continua sendo a base epistemológica de grande parte das propostas pedagógicas no campo da EJA, mesmo diante dos novos desafios contemporâneos.

A EJA no Brasil é profundamente marcada pelas especificidades regionais que refletem as desigualdades históricas e estruturais do país. Em regiões Norte e Nordeste, por exemplo,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

observa-se maior incidência de analfabetismo e abandono escolar precoce, fatores que contribuem para a alta demanda pela EJA, especialmente em contextos rurais e comunidades tradicionais (Silva; Xavier, 2020). A precariedade das políticas públicas, a escassez de recursos tecnológicos e a dificuldade de acesso físico a instituições de ensino acentuam os desafios de garantir uma educação de qualidade. Já nas regiões urbanas do Sudeste e Sul, embora haja maior infraestrutura, as periferias enfrentam problemas semelhantes: evasão escolar, trabalho precoce e baixa escolaridade de adultos, o que exige abordagens pedagógicas específicas, sensíveis às condições sociais e culturais locais.

No entanto, os desafios enfrentados pela EJA são numerosos e multifacetados. Entre os principais estão a evasão escolar, a descontinuidade das políticas públicas, a precariedade das condições de funcionamento das turmas, a baixa valorização da modalidade no interior das redes de ensino e a formação insuficiente dos docentes. Além disso, a heterogeneidade do público da EJA — composta por jovens em situação de vulnerabilidade, trabalhadores com jornadas exaustivas, mulheres que conciliam estudo, trabalho e maternidade, entre outros — exige metodologias flexíveis, contextualizadas e sensíveis às especificidades desses sujeitos (Arroyo, 2006).

Estudos recentes demonstram que a EJA ainda carece de maior visibilidade e prioridade nas agendas educacionais. Segundo Silva e Xavier (2020), a descontinuidade de programas como o Brasil Alfabetizado e a ausência de investimentos estruturantes revelam a fragilidade da política pública voltada a essa modalidade. Além disso, os dados do Censo Escolar apontam para uma tendência de queda na matrícula na EJA, agravada nos últimos anos por fatores como a pandemia de Covid-19, a ampliação da precarização do trabalho e o avanço das desigualdades socioeconômicas (INEP, 2022).

É importante destacar também que os desafios da EJA não se restringem ao acesso, mas abrangem a permanência e a qualidade da aprendizagem. A ausência de currículos específicos, a limitação do uso de tecnologias educacionais adaptadas ao perfil dos estudantes e a pouca valorização da EJA como campo de formação inicial e continuada dos professores são questões recorrentes. Nesse contexto, a interseccionalidade emerge como ferramenta teórica e política indispensável, uma vez que os sujeitos da EJA são impactados por múltiplas opressões que se articulam, como as de classe, raça, gênero e território (Gomes, 2017; Crenshaw, 2002).

Assim, como preconiza Arroyo (2006) e discute Gomes (2017), compreender a formação do aluno e, particularmente a EJA, exige o reconhecimento de sua complexidade e a defesa de políticas públicas que a valorizem em sua especificidade. Não se trata apenas de garantir o direito formal à educação, mas de efetivá-lo por meio de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social, com a escuta ativa dos educandos e com a superação das múltiplas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

barreiras que ainda limitam o exercício pleno da cidadania para milhões de brasileiros e brasileiras.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA EJA: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

A Educação a Distância (EaD) tem se consolidado como uma modalidade legítima de ensino, especialmente no contexto da expansão do acesso à educação superior e à formação continuada de professores. Regulamentada no Brasil pelo Decreto nº 9.057/2017, a EaD é compreendida como uma forma de ensino na qual a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de tecnologias de informação e comunicação, permitindo que estudantes e docentes desenvolvam atividades educativas em espaços e tempos distintos (Brasil, 2017). No âmbito da formação docente, a EaD surge como alternativa viável, sobretudo para professores que atuam em localidades distantes dos grandes centros urbanos, e que muitas vezes não têm acesso a cursos presenciais de formação inicial e continuada.

A evolução da EaD no Brasil se vincula diretamente ao avanço das tecnologias digitais, à democratização do acesso à internet e à institucionalização de políticas públicas como o Plano Nacional de Educação (PNE), que reconhece a EaD como estratégia complementar à formação docente. De acordo com Belloni (2009), a EaD é uma modalidade que permite repensar os processos de ensino-aprendizagem de maneira mais autônoma, colaborativa e flexível, favorecendo a articulação entre teoria e prática, especialmente quando ancorada em propostas pedagógicas bem estruturadas. No entanto, para que tais potencialidades se concretizem, é fundamental que os cursos sejam planejados com base em pressupostos pedagógicos sólidos, respeitando as especificidades da formação docente.

Moran (2013) destaca que a EaD não pode ser reduzida à mera transposição de conteúdos presenciais para ambientes virtuais. Trata-se de um modelo de ensino que exige novas metodologias, novas linguagens e uma reformulação das práticas pedagógicas tradicionais. No caso da formação de professores, é necessário que a EaD promova a reflexão crítica sobre a prática docente, estimulando a pesquisa, a autonomia e a construção coletiva do conhecimento. A formação docente em EaD, portanto, não deve ser compreendida como um processo simplificado, mas como uma experiência formativa complexa, que requer planejamento, tutoria qualificada e acompanhamento constante.

Apesar dos avanços, diversos estudos evidenciam limitações significativas na EaD voltada à formação de professores. Uma das principais críticas recai sobre a padronização dos conteúdos e a ausência de contextualização das realidades locais dos educadores, o que pode comprometer a eficácia do processo formativo. Além disso, a precarização do trabalho docente nos cursos a distância — marcada pela desvalorização do tutor, sobrecarga de trabalho e baixos salários — compromete a qualidade do ensino oferecido (Silva; Oliveira, 2020). Nesse sentido, Kenski (2012)

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

alerta para o risco de mercantilização da EaD, que muitas vezes prioriza interesses econômicos em detrimento de propostas pedagógicas comprometidas com a formação crítica e emancipatória dos docentes.

A pandemia de Covid-19 intensificou os debates sobre a EaD, ao impulsionar, de maneira abrupta, a adoção do ensino remoto emergencial em diversas instituições educacionais. Esse cenário evidenciou tanto o potencial da EaD quanto suas fragilidades, especialmente no que se refere à exclusão digital de professores e alunos, à falta de preparo técnico-pedagógico e às desigualdades no acesso a dispositivos e conectividade. Segundo estudo de Almeida e Borba (2021), muitos professores vivenciaram um processo formativo improvisado, com pouca ou nenhuma orientação sobre o uso das plataformas digitais, revelando a necessidade de políticas mais estruturadas para a formação docente na EaD.

De todo modo, é preciso considerar que a EaD pode se tornar um instrumento poderoso para a democratização da formação docente, desde que seja orientada por princípios éticos, pedagógicos e sociais que assegurem sua qualidade e pertinência. Carneiro (2011) pontua que a formação de professores por meio da EaD deve ir além da instrumentalização técnica, promovendo o desenvolvimento de competências críticas, a valorização das experiências docentes e o engajamento com os desafios educacionais contemporâneos. Para tanto, é imprescindível investir na formação dos formadores, na infraestrutura tecnológica, na produção de materiais didáticos contextualizados e na avaliação contínua dos cursos.

3. INTERSECCIONALIDADE COMO CATEGORIA ANALÍTICA

O conceito de interseccionalidade, enquanto categoria analítica, emerge como uma ferramenta fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão e desigualdade que afetam sujeitos em contextos educacionais, especialmente aqueles inseridos na EJA a distância. A articulação de opressões permite analisar como diferentes marcadores sociais — como gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência — se articulam simultaneamente, produzindo experiências educacionais diversas e, muitas vezes, desiguais. Introduzido originalmente por Crenshaw (1989) no campo do direito e dos estudos feministas negros, o termo ganha relevância também nas ciências sociais e na educação ao evidenciar que não se pode tratar as opressões de forma isolada, pois elas se inter-relacionam e se reforçam mutuamente.

No âmbito da EJA, a interseccionalidade adquire contornos ainda mais específicos, uma vez que o público dessa modalidade é caracterizado pela heterogeneidade de perfis, trajetórias de vida interrompidas, experiências de exclusão educacional e múltiplas vulnerabilidades sociais. Para Hooks (2013), pensar a educação a partir de uma perspectiva interseccional significa reconhecer as histórias silenciadas, os corpos marginalizados e os saberes subalternizados que atravessam as salas de aula — inclusive as virtuais. Assim, uma abordagem interseccional

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

permite ir além de uma visão genérica do estudante da EJA, possibilitando reconhecer que uma mulher negra e periférica, por exemplo, enfrenta barreiras distintas de um homem branco e de classe média, ainda que ambos compartilhem o mesmo espaço educacional.

Essa complexidade social de identidades, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta teórica, mas também metodológica e política. Segundo Collins (2000), ela opera como uma lente analítica que permite visualizar as estruturas de poder e os sistemas de dominação que se manifestam em diferentes esferas, inclusive na escola e nos ambientes virtuais de aprendizagem. Na EaD, essas desigualdades podem se expressar de maneira sutil, mas profundamente eficaz, por meio da ausência de representatividade nos materiais didáticos, da linguagem discriminatória, da desconsideração das especificidades culturais e sociais dos sujeitos, bem como da exclusão digital — que afeta especialmente mulheres negras, pessoas trans, indígenas, trabalhadores informais e pessoas com deficiência.

No Brasil, Akotirene (2018) vêm contribuindo para o fortalecimento do debate interseccional no campo da educação, especialmente ao problematizar a ausência de uma abordagem crítica que considere simultaneamente raça, classe e gênero nas políticas públicas educacionais. A autora destaca que a interseccionalidade, para além de um modismo acadêmico, precisa ser incorporada como uma categoria que desestabiliza as análises homogêneas e exige o comprometimento com a justiça social. Isso significa, no campo da EJA a distância, propor currículos inclusivos, metodologias participativas e práticas pedagógicas que acolham e valorizem a diversidade dos sujeitos.

Adotar a interseccionalidade como categoria de análise na EJA a distância implica, portanto, reconhecer que o acesso às tecnologias, a permanência nos cursos e o aproveitamento pedagógico estão fortemente condicionados por marcadores sociais de diferença. Conforme afirmam Carneiro (2011) e Ribeiro (2017), o racismo estrutural, o sexismo e as desigualdades socioeconômicas são determinantes para os trajetos educacionais de grande parte da população brasileira. Ignorar essas intersecções significa reforçar os mecanismos de exclusão que historicamente marcaram a trajetória da EJA no país.

Portanto, com essa percepção na análise da EJA a distância, é possível construir uma leitura mais complexa e fiel à realidade dos sujeitos educandos, promovendo um debate crítico sobre a educação inclusiva, equitativa e socialmente referenciada. Akotirene (2018) frisa que essa perspectiva demanda uma revisão dos currículos, das políticas de formação docente, das estratégias de avaliação e das estruturas tecnológicas, de modo que o ambiente virtual se torne um espaço de acolhimento, reconhecimento e transformação social. A complexidade social de identidades, nesse contexto, não é apenas uma ferramenta teórica, mas uma exigência ética para uma educação verdadeiramente democrática.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

4. INTERSECCIONALIDADES EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

A presença crescente de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) nas políticas e práticas educacionais tem demandado análises mais aprofundadas sobre como as desigualdades sociais se manifestam nesse espaço. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a distância, é fundamental considerar que os AVAs, apesar de proporem uma aparente neutralidade tecnológica, estão imersos em relações sociais, econômicas e culturais, e por isso reproduzem – ou podem transformar – desigualdades estruturais historicamente enraizadas. Nesse sentido, a interseccionalidade torna-se uma categoria analítica indispensável para a compreensão dos desafios enfrentados por sujeitos marcados simultaneamente por opressões de classe, raça, gênero e outras formas de diferenciação social.

De acordo com Silva e Barbosa (2020), os ambientes virtuais, ao mesmo tempo em que ampliam o acesso à educação, também podem aprofundar desigualdades preexistentes, especialmente quando não consideram as condições materiais, simbólicas e afetivas dos estudantes. Mulheres negras, mães solo, trabalhadores informais e populações periféricas frequentemente encontram barreiras adicionais ao acesso e à permanência em cursos on-line, como a precariedade das conexões, a falta de equipamentos adequados e a sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado. Esses obstáculos não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim como expressão de intersecções entre opressões de gênero, raça e classe.

Como afirmam Santos e Rodrigues (2021), uma abordagem interseccional em AVAs exige repensar tanto os conteúdos quanto a estrutura pedagógica das plataformas. A forma como os materiais didáticos são elaborados, os exemplos utilizados, a linguagem empregada, a representação (ou ausência) de sujeitos historicamente marginalizados e até mesmo o design da interface têm impactos diretos na percepção de pertencimento dos estudantes. Quando os recursos didáticos ignoram as especificidades de raça e gênero, por exemplo, corre-se o risco de invisibilizar vivências importantes e de desestimular o engajamento dos sujeitos.

Além disso, é importante considerar os processos de vigilância e controle que operam nos espaços digitais de aprendizagem. A interatividade e a liberdade prometidas pelos AVAs muitas vezes contrastam com práticas avaliativas rígidas e relações pedagógicas hierárquicas que desconsideram a autonomia e a subjetividade dos estudantes. Segundo Lima (2019), essas plataformas nem sempre estão preparadas para lidar com a diversidade de ritmos, saberes prévios e experiências sociais dos sujeitos da EJA, o que contribui para a evasão, a frustração e o reforço da exclusão educacional.

Por outro lado, os AVAs também podem ser espaços potentes de emancipação e resistência, quando estruturados com base em princípios de justiça social e equidade.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Isso envolve o uso de tecnologias livres, conteúdos elaborados de forma colaborativa e representativa, mediação docente sensível às desigualdades e estratégias de escuta ativa. Para Akotirene (2018), a interseccionalidade não é apenas um diagnóstico das opressões, mas também um caminho metodológico para construir práticas pedagógicas mais inclusivas, que reconheçam a diversidade como valor e não como obstáculo.

No caso específico da EJA a distância, é necessário articular as tecnologias com o compromisso ético-político de inclusão. Isso significa propor formas de letramento digital crítico que levem em conta os contextos socioculturais dos educandos, promover acessibilidade em múltiplos níveis (econômica, cognitiva, comunicacional) e garantir que a mediação pedagógica valorize as múltiplas identidades que atravessam o percurso educacional desses sujeitos. Como indicam Gohn (2014) e Belloni (2009), os processos educativos mediados por tecnologias não podem ser neutros: ou reproduzem a exclusão, ou constroem caminhos para a transformação.

Assim, ao incorporar a interseccionalidade como eixo de análise dos ambientes virtuais de aprendizagem na EJA, amplia-se a compreensão sobre as múltiplas camadas que compõem a desigualdade educacional, ao mesmo tempo em que se criam possibilidades concretas de reverter essas desigualdades por meio de políticas públicas mais sensíveis, formações docentes comprometidas e práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

5. MÉTODO

Este estudo configura-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, fundamentada na abordagem da revisão bibliográfica, com o objetivo de refletir criticamente sobre as interseccionalidades de gênero, raça e classe no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade a distância. A escolha por essa metodologia se justifica pela necessidade de explorar, analisar e interpretar os discursos e produções acadêmicas que abordam a complexidade dos marcadores sociais de diferença em ambientes virtuais de aprendizagem, promovendo uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelos sujeitos da EJA nesse formato educacional.

A coleta dos materiais bibliográficos foi realizada em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e ERIC *(Education Resources Information Center*). Foram selecionados artigos, dissertações, teses e livros publicados entre os anos de 2010 e 2024, visando contemplar tanto os marcos teóricos consolidados quanto os avanços e debates mais recentes sobre a temática. Os descritores utilizados para a busca incluíram: “Educação de Jovens e Adultos”, “interseccionalidade”, “Educação a Distância”, “gênero e raça na EAD” e “ambientes virtuais de aprendizagem”.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A seleção dos materiais considerou critérios de relevância teórica e metodológica, priorizando autores que discutem as relações entre educação, tecnologias e desigualdades sociais, especialmente no campo da EJA. A análise dos textos foi orientada pela técnica de análise temática de conteúdo, com foco na identificação de categorias que expressassem os desafios e potencialidades dos ambientes virtuais frente às interseccionalidades vivenciadas pelos sujeitos educacionais. As categorias foram organizadas em três eixos centrais: (1) desigualdades no acesso e permanência na EAD; (2) representação e identidade nos conteúdos digitais; e (3) mediação pedagógica e inclusão interseccional.

Por fim, cabe destacar que a presente pesquisa tem caráter exploratório e não pretende esgotar o tema, mas contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre as múltiplas formas de exclusão e resistência presentes na EJA a distância. A metodologia adotada, ao articular teoria crítica e análise documental, oferece subsídios para a proposição de práticas pedagógicas mais inclusivas, sensíveis às especificidades dos sujeitos que vivem na intersecção de diversas opressões.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos materiais selecionados permitiu identificar um conjunto significativo de desafios e tensões que atravessam a vivência de sujeitos da EJA na modalidade a distância, especialmente quando observados sob a perspectiva das interseccionalidades de gênero, raça e classe. Os estudos analisados revelam que a EAD, embora seja reconhecida por seu potencial de democratização do acesso à educação, ainda reproduz — e em alguns casos aprofunda — desigualdades históricas, estruturais e simbólicas que impactam diretamente a permanência e o sucesso educacional dos estudantes jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

Um dos principais achados diz respeito à questão do acesso às tecnologias e à internet de qualidade. Em muitos contextos, sobretudo nas periferias urbanas e nas zonas rurais, o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é dificultado por limitações técnicas, como a ausência de dispositivos adequados, instabilidade na conexão e falta de espaços físicos apropriados para o estudo domiciliar. Como apontam Costa e Silva (2021), a precarização das condições materiais dos estudantes da EJA se intensifica quando articulada a marcadores como gênero e raça, visto que mulheres negras, por exemplo, tendem a acumular jornadas de trabalho, cuidado com os filhos e responsabilidades domésticas, o que impacta diretamente seu engajamento nas atividades acadêmicas.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados diz respeito à invisibilização das identidades e trajetórias dos sujeitos da EJA nos conteúdos e nas práticas pedagógicas mediadas pela EAD. Segundo Santos e Araújo (2020), os materiais didáticos utilizados nas plataformas digitais frequentemente apresentam uma linguagem e abordagem voltadas a um público

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

homogêneo, sem considerar as especificidades culturais, regionais e étnico-raciais dos estudantes. Essa ausência de representatividade contribui para o distanciamento dos sujeitos em relação ao processo formativo, afetando sua motivação, autoestima e senso de pertencimento ao ambiente escolar.

Nesse sentido, a interseccionalidade emerge como uma categoria analítica fundamental para compreender as múltiplas formas de exclusão enfrentadas por estudantes da EJA na EAD. Conforme Collins (2019) e Crenshaw (2002), a interseccionalidade permite evidenciar que os sujeitos não vivem opressões isoladas, mas sim sobreposições de desigualdades que interagem entre si de forma complexa. No caso da EJA a distância, isso significa reconhecer que os obstáculos enfrentados por uma mulher negra de baixa renda não se limitam à dimensão econômica, mas envolvem também o racismo estrutural, o sexismo e a marginalização educacional acumulada historicamente.

Além disso, a análise revelou que a formação docente ainda se constitui como um ponto frágil na efetivação de práticas pedagógicas interseccionais. Muitos professores que atuam na EJA a distância relatam dificuldades em adaptar suas metodologias ao meio digital, assim como em promover abordagens sensíveis à diversidade dos estudantes. Como destacam Freire e Oliveira (2018), a ausência de formação continuada voltada à mediação pedagógica em ambientes virtuais com foco em equidade social compromete a qualidade do ensino e a capacidade de acolher os sujeitos da EJA em sua pluralidade.

Por outro lado, alguns estudos apontam experiências promissoras em iniciativas que buscam integrar práticas pedagógicas antirracistas, feministas e populares no contexto da EJA a distância. Tais experiências, embora ainda pontuais, demonstram que é possível criar ambientes virtuais mais inclusivos por meio da escuta ativa dos estudantes, da contextualização dos conteúdos, do uso de tecnologias acessíveis e da valorização das histórias de vida dos sujeitos como ponto de partida para a aprendizagem. Como afirma Hooks (2013), ensinar é um ato profundamente político e ético, e deve considerar as experiências concretas dos aprendizes como elemento constitutivo do processo educativo.

Finalmente, é importante destacar que os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas intersetoriais que garantam a inclusão digital com justiça social. A ampliação do acesso à internet, a distribuição de equipamentos, o incentivo à formação docente crítica e o fortalecimento da EJA como política pública permanente são elementos fundamentais para mitigar as desigualdades interseccionais presentes na EAD. Como indicam Lima e Moraes (2022), a educação a distância, por si só, não é inclusiva ou excludente, mas sim uma ferramenta cujo potencial depende do modo como é operacionalizada em contextos marcados por desigualdades históricas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Dessa forma, os resultados da revisão bibliográfica evidenciam que a EJA na modalidade a distância é um campo de disputas, onde se entrecruzam diferentes forças — tecnológicas, pedagógicas, políticas e sociais — que ora ampliam oportunidades, ora reproduzem exclusões. Assumir a interseccionalidade como lente de análise é, portanto, um caminho necessário para compreender e transformar essas realidades, promovendo uma educação verdadeiramente emancipadora, plural e comprometida com os sujeitos historicamente marginalizados.

7. CONSIDERAÇÕES

A presente investigação, fundamentada em uma revisão bibliográfica crítica, evidenciou que os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), embora representem um avanço significativo no acesso à educação para jovens e adultos, ainda carregam limitações estruturais e pedagógicas que afetam diretamente a experiência educacional de sujeitos marcados por interseccionalidades de gênero, raça e classe. A EJA a distância, longe de ser uma solução neutra e universal, manifesta em sua dinâmica os reflexos das desigualdades históricas que estruturam a sociedade brasileira, especialmente quando associada à exclusão digital e à precarização das condições de vida e estudo desses estudantes.

Verificou-se que, embora os discursos sobre a democratização da educação via EAD sejam amplamente difundidos, a efetividade desse processo está condicionada a fatores como o acesso a dispositivos tecnológicos, conectividade, suporte pedagógico qualificado e políticas públicas consistentes de inclusão. A ausência ou insuficiência desses elementos acarreta a perpetuação de desigualdades educacionais e sociais, especialmente no caso de mulheres negras, pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e sujeitos oriundos de contextos periféricos, que frequentemente enfrentam barreiras múltiplas e simultâneas ao longo do processo educativo.

A partir da categoria analítica da interseccionalidade, foi possível compreender que tais desigualdades não operam de forma isolada, mas se articulam de modo complexo, impactando significativamente a permanência, o desempenho e o senso de pertencimento dos estudantes nos ambientes virtuais. A invisibilização das identidades e vivências desses sujeitos nos conteúdos pedagógicos e nas práticas docentes revela a necessidade urgente de se pensar uma pedagogia da EJA na EAD que seja efetivamente plural, representativa e comprometida com a justiça social.

Nesse sentido, destaca-se a importância de ações formativas voltadas aos docentes da EJA, que considerem as especificidades do ensino a distância e promovam abordagens pedagógicas críticas, inclusivas e sensíveis às realidades dos estudantes. Além disso, urge o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que assegurem a inclusão digital, a permanência estudantil e a valorização da EJA como política permanente, e não como ação compensatória ou emergencial.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Portanto, para que a EJA a distância cumpra seu papel emancipador, é imprescindível que seja orientada por uma perspectiva interseccional, que reconheça e combata as múltiplas formas de opressão que atravessam os sujeitos em formação. A construção de um projeto educativo democrático, inclusivo e transformador exige não apenas acesso, mas também permanência com qualidade, acolhimento das diferenças e valorização das histórias e saberes dos estudantes jovens e adultos em suas múltiplas dimensões.

.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2018. (Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; BORBA, Marcelo Borba de. Educação em tempos de pandemia: reflexões sobre o ensino remoto e o futuro da EaD. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, e0220076, 2021.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção Educação Contemporânea).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. *In:* SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (Org.). **Educando para a diversidade**. Brasília: MEC/SECAD, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought***:* knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

COSTA, Eliane dos Santos; SILVA, Maria Aparecida. A exclusão digital na EJA: desafios da educação a distância em tempos de pandemia. **Revista EDaPECI**, Niterói, v. 21, n. esp., p. 1-20, 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/edapeci. Acesso em: 10 abr. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *In:* AGUIÃO, Silvia et al. (org.). **Interseccionalidade: diálogos e expansões**. Belo Horizonte: Dandara, 2002. p. 121-130.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; OLIVEIRA, Walter de. **Pedagogia da inclusão digital:** desafios para a EJA na modalidade a distância. São Paulo: Cortez, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e culturas políticas**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a igualdade racial:** reflexões e ações. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO Teixeira. **Censo da Educação Básica 2022:** resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 10 maio 2025.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIMA, Ana Paula. Ambientes virtuais de aprendizagem e diversidade: desafios para a inclusão. **Revista Educação e Contemporaneidade**, v. 28, n. 55, p. 305-321, 2019.

LIMA, Lúcia Helena Azevedo de; MORAES, José Márcio. Educação de Jovens e Adultos e a EAD: desafios e possibilidades de inclusão social. **Cadernos CEDES,** Campinas, v. 42, n. 118, p. 150-165, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes. Acesso em: 15 abr. 2025.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. São Paulo: Papirus, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, Fabiana dos; ARAÚJO, Cláudio da Silva. Invisibilidades e resistências na EJA a distância: narrativas de estudantes negros e periféricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 81, p. 1-23, 2020.

SANTOS, Mariana R.; RODRIGUES, Camila C. Interseccionalidade e educação on-line: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260020, 2021.

SILVA, Adriana dos S.; BARBOSA, Elaine M. M. Interseccionalidade e exclusão digital: uma análise sobre gênero, raça e classe na EAD. **Revista Educação e Linguagens**, v. 9, n. 17, p. 135-155, 2020.

SILVA, Rosilene C.; OLIVEIRA, Ana Paula. Formação docente e precarização na EaD: a realidade dos tutores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, e250064, 2020.

SILVA, Rosilene C.; XAVIER, Maria Clara. Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, e250062, 2020.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.